TST adia revisão de súmulas para se adequar à reforma trabalhista

O Plenário do Tribunal Superior do Trabalho suspendeu a sessão desta terça-feira (6/2) que iria revisar 34 súmulas para adequação à nova CLT. O adiamento se deu depois que o rito estabelecido pela reforma trabalhista para revisão de jurisprudência foi questionado pelo próprio presidente da Comissão de Jurisprudência, Walmir Oliveira da Costa. Enquanto esse ponto não for pacificado, o trabalho em cima das mudanças da [Lei 13.467/2017](#) não será retomado.

No começo da tarde, a Ordem dos Advogados do Brasil pediu [mais tempo](#) para as sustentações orais na revisão jurisprudencial das súmulas. [Como mostrou reportagem da ConJur](#), algumas entidades terão apenas 45 segundos para apresentar seus argumentos

Além de suspender o julgamento, o presidente da corte, ministro Ives Gandra Martins Filho, criou uma comissão que vai discutir questões relativas ao direito intertemporal. O objetivo é estudar a modulação da vigência da nova CLT nos contratos em vigor.

Serão nove ministros divididos em duas subcomissões, a de direito material e a de processual, com o prazo de 60 dias para apresentar uma instrução normativa em caráter não vinculante. “É uma forma de darmos uma resposta à sociedade, que está nos cobrando respostas”, disse Ives Gandra. A comissão pode pedir prorrogação de tempo.

O presidente da Comissão de Jurisprudência e de Precedentes Normativos, ministro Walmir Oliveira da Costa, apresentou arguição de inconstitucionalidade do artigo 702 da nova norma. O dispositivo determina que, para alterar súmulas, é preciso os votos de dois terços dos 27 ministros, em sessões públicas, divulgadas com no mínimo 30 dias de antecedência, e permitir as sustentações orais do procurador-geral do Trabalho, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, da Advocacia-Geral da União, de confederações sindicais e entidades de classe. Antes, bastava o Pleno se reunir para decidir.

“Esse dispositivo [o artigo 702 da nova CLT] é natimorto, já nasceu morto. Ele foi revogado em 1988 pela Lei 7.701, que regulamentou a organização interna do TST. Portanto, esse dispositivo não poderia ser reprimado. Nenhuma lei que já perdeu a vigência poderia ser revigorada por lei superveniente. Além disso, ele é um corpo estranho na CLT, que não tem cabeça: não tem o *caput*”, avaliou o ministro Walmir.

Antes de propor a suspensão da sessão, considerando que já há um processo que questiona a constitucionalidade do artigo 702 aguardando apreciação do Plenário, o ministro Walmir comentou fundamentos que embasaram o trabalho da comissão.

“Para não se alegar que a comissão ignora a realidade social, fazemos ver no parecer que determinados tratamentos poderiam gerar indesejável desemprego em razão de eventual falta de isonomia entre empregados. Mas nós, como magistrados e revisores de jurisprudência, temos de respeitar o direito adquirido, sob pena de violarmos a Constituição Federal”, disse o ministro Walmir a respeito do relatório da comissão.

Já Ives Gandra afirmou que não se deve falar em “direito adquirido sobre regime jurídico”. Ele entende que a maior parte da nova norma se aplica já aos contratos vigentes. Ele também se disse frustrado em não concluir o processo de revisão antes do fim de seu mandato à frente do TST, que termina este mês. “Eu gostaria de dar essa segurança à sociedade. Mas, às vezes, decidir com um tempo maior faz com que decidamos melhor. Mas a sociedade nos cobra há pelo menos seis meses”, comentou o presidente do TST.

Para ele, o ideal é julgar em três meses e dar uma sinalização o quanto antes à sociedade. “O artigo 702 estabelece alguns procedimentos que complicaram a forma de revisar súmula pelo TST. O quórum tem que ser de 2/3, tem que chamar a torcida do Flamengo inteira, além da do Vasco (para sustentação oral) que estavam aqui, e você precisa de um monte de precedentes que muitas vezes você não tem ainda, porque está mudando a lei. Eu não acho que é inconstitucional, pessoalmente. Mas há colegas que entendem que é. Eu acho que é inconveniente. Não posso deixar correr 12 horas de sustentações orais”, completou.

Date Created

06/02/2018